

**A IMAGINÁRIA ANTONIANA REMANESCENTE DAS FREGUESIAS DA VILA DE  
MAGÉ, EM FINS DO SÉCULO XVIII.**

***THE REMAINING ANTONIAN IMAGINARY OF THE PARISHES OF VILA DE  
MAGÉ, AT THE END OF THE 18TH CENTURY***

***EL RESTO DEL IMAGINARIO ANTONIANO DE LAS PARROQUIAS DE VILA DE  
MAGÉ, A FINALES DEL SIGLO XVIII***

**Antônio Seixas<sup>1</sup>**  
antonioseixasadv@gmail.com

**RESUMO**

Um dos santos mais populares do Brasil, Santo Antônio teve sua devoção difundida nas freguesias formadoras do Município de Magé, no recôncavo da Baía de Guanabara, nos séculos XVII/XVIII. O nosso objetivo foi analisar as imagens devocionais de Santo Antônio remanescentes dos acervos das mais antigas paróquias da Magé colonial. Entre as fontes, os relatórios do Marquês do Lavradio (1779) e de Monsenhor Pizarro (1794) e o catálogo da exposição Devoção e Esquecimento (2001), ocorrida na Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro. Os resultados indicam que a devoção a Santo Antônio se desenvolveu, principalmente, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, às margens da variante do Caminho Novo, que ligava o recôncavo ao Distrito Diamantino, na Capitania de Minas Gerais, bem como para a existência de, pelo menos, duas representações antonianas, encontradas na Paróquia de São Nicolau de Suruí, com características típicas do Barroco Brasileiro.

**Palavras-chave:** Imaginária; Santo Antônio; Magé (RJ).

**ABSTRACT**

One of the most popular saints in Brazil, Santo Antônio had his devotion widespread in the parishes that make up the Municipality of Magé, in the recess of Guanabara Bay, in the 17th/18th centuries. Our objective was to analyze the devotional images of Santo Antônio remaining from the collections of the oldest parishes in colonial Magé. Among the sources, the reports of the Marquês do Lavradio (1779) and Monsignor Pizarro (1794) and the catalog of the exhibition Devoção e Esquecimento (2001), held at Casa França-Brasil, in Rio de Janeiro. The results indicate that the devotion to Saint Anthony was developed, mainly, in the Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, on the margins of the variant of the New Path, which connected the Recôncavo to the Diamantino District in the Captaincy of Minas Gerais, as well as the existence of at least two Antonian representations found in the Parish of São Nicolau de Suruí, with typical characteristics of Brazilian Baroque.

**Key-Words:** Statuary; Santo Antônio; Magé (RJ).

---

<sup>1</sup> Mestre em História (Universidade Salgado de Oliveira). Especialista em História da Arte Sacra (Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro). Doutorando em História (Universidade Salgado de Oliveira). Filiado ao CEIB - Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9759646104059074>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9347-2394>

## **RESUMEN**

Uno de los santos más populares de Brasil, Santo Antônio tuvo su devoción difundida en las parroquias que componen el Municipio de Magé, en el recesso de la Bahía de Guanabara, en los siglos XVII/XVIII. Nuestro objetivo fue analizar las imágenes devocionales de Santo Antônio remanentes de las colecciones de las parroquias más antiguas de Magé colonial. Entre las fuentes, los informes de Marquês do Lavradio (1779) y Monseñor Pizarro (1794) y el catálogo de la exposición *Devoção e Esquecimento* (2001), realizada en Casa França-Brasil, en Río de Janeiro. Los resultados indican que la devoción a San Antonio se desarrolló, principalmente, en la Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, en los márgenes de la variante del Caminho Novo, que conectaba la reconcava al Barrio Diamantino, en la Capitanía de Minas Gerais, así como a la existencia de al menos dos representaciones antonianas, encontradas en la Parroquia de São Nicolau de Suruí, con características típicas del barroco brasileño.

**Palabras clave:** Imaginario; San Antonio; Magé (RJ).

## **INTRODUÇÃO**

Fernando de Bulhões nasceu próximo à Sé de Lisboa, em Portugal, por volta de 1195. Na mocidade, ingressou na Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, transferindo-se depois para o Mosteiro da Santa Cruz, em Coimbra, onde foi ordenado sacerdote. Se os cinco franciscanos martirizados no Marrocos já o tinham impressionado, ao entrar em contato com os franciscanos que viviam em Coimbra, junto à ermida de Olivais, Fernando troca o seu nome para Antônio e abraça a espiritualidade franciscana. Resolve, então, seguir para o Marrocos a fim de converter os muçulmanos ou encontrar o mártir. Doente, foi obrigado a regressar a Portugal, mas uma tempestade o levou ao porto da Sicília. Na Itália, esteve pessoalmente com Francisco de Assis e recebeu a missão de ensinar teologia aos franciscanos. Depois de uma passagem como pregador no sul da França (1224-1226), fixou-se em definitivo em Pádua (1229), onde pregou contra os abusos sociais e foi escolhido ministro provincial dos franciscanos menores na Itália setentrional. Em 1230, esteve em Roma com uma delegação da Ordem para se encontrar com o Papa Gregório IX, quando defendeu o despojamento total como o ideal de liberdade apostólica. Regressando a Pádua, faleceu em 1231. Apenas onze meses após a sua morte, foi canonizado. Santo Antônio foi proclamado Doutor da Igreja, em 1946, pelo Papa Pio XII (SAINT-LAURENT, 1997; SANTIDRIÁN; ASTRUGA, 2004).

Santo Antônio é um dos santos de maior devoção popular no Brasil, sendo quase impossível contabilizar as igrejas, capelas e oratórios privados onde é venerado. Nos momentos de aflição geral, apelava-se para o santo, inclusive, por sua intervenção em conflitos armados, o que lhe valeu patentes e soldos militares: Capitão, na Fortaleza da Barra, na Bahia; Tenente-

Coronel, de Cristo (1814). Em Portugal e no Brasil, diz-se que o santo era visitado comumente pelo Menino Jesus, daí a iconografia antoniana reproduzir a tradição (CASCUDO, 2012, p. 56-58).

Em 1592, os franciscanos chegaram à Cidade do Rio de Janeiro, quando receberam a doação de uma ermida ao pé do Morro do Castelo. A proximidade com os jesuítas ou com a Santa Casa de Misericórdia teria levado os franciscanos a preferir outro local, um morro, que já estava reservado para os carmelitas. Em 1607, os franciscanos tomaram posse do morro, sendo a pedra fundamental do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro lançada no ano seguinte. A fundação do convento foi celebrada em 7 de fevereiro de 1615. Os franciscanos foram responsáveis pelo trabalho missionário no recôncavo da Guanabara, quando foram criadas as primeiras paróquias, a exemplo das freguesias de São Gonçalo (1645), de Santo Antônio de Macacu (1647) e de Magé (1696), inclusive, construindo ou reconstruindo capelas, cujas antigas imagens de São Francisco de Assis seriam um testemunho de sua passagem pela região (RÖWER, 2008, p. 19-57).

Coube aos franciscanos do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, por exemplo, a recomendação para que fosse construída a Capela de Santo Antônio de Macacu ou Cassarebu, no início do século XVII, elevada a categoria de curada, em 1624. Santo Antônio de Macacu foi uma das quatro primeiras paróquias criadas no recôncavo e a primeira povoação a ser ereta em vila, com o nome de Santo Antônio de Sá (1697). Próximo a capela, os franciscanos ergueram o Convento de Santo Boaventura de Macacu, cujas obras se iniciaram em 1649 (RÖWER, 1957, p. 160-169).

O território mageense ficava, portanto, entre dois conventos franciscanos, o que nos autoriza a creditar à influência de seus religiosos a edificação de algumas das primeiras capelas no Município de Magé: a de São Francisco, reconstruída por João da Silva Mello, no Croará, com provisão passada em 1745, em substituição de outra, que ficava próxima da Guanabara; e a de Santo Aleixo, levantada por José dos Santos Martins, em Magé, com provisão datada de 1743 (SANTOS, 1957, p. 223-227), ambas tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro, em 1989, como representativas do Barroco Fluminense (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 33-34). Cabe observar que Santo Aleixo é um precursor da ordem mendicante, representado como um mendigo, com trajes de peregrino, sendo encontrado um exemplar em terracota no Convento Entre as fontes, recorremos ao relatório do Vice-Rei Dom Luís de Almeida Portugal, o Marquês

Entre as fontes, recorremos ao relatório do Vice-Rei Dom Luís de Almeida Portugal, o Marquês do Lavradio, em 1779, contendo informações sobre a população, a produção agrícola e o movimento dos portos em cada freguesia fluminense, e aos relatórios das visitas pastorais

de Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, datados de 1794, onde encontramos informações acerca das paróquias e dos seus primeiros párocos, das igrejas matrizes, das capelas e dos oratórios, do funcionamento das irmandades religiosas e um breve inventário dos bens móveis de cada igreja (prataria, imaginária, mobiliário e alfaias).

Relevante também o catálogo da exposição Devoção e Esquecimento (2001), realizada na Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro, que traz textos justificando a importância das imagens pertencentes às paróquias das dioceses de Duque de Caxias, de Nova Iguaçu e de Petrópolis, para a compreensão do Barroco Fluminense. Catálogos de exposições são fontes importantes porque contém fotos ou reproduções das obras exibidas, com títulos, datações e dimensões, o que nos permite uma análise, mesmo que indireta, da imaginária devocional que, às vezes, está inacessível ao pesquisador.

## AS FREGUESIAS DA VILA DE MAGÉ.

Por deliberação de 9 de junho de 1789, o Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza criou o Município de Magé, com terras desmembradas da Cidade do Rio de Janeiro e da Vila de Santo Antônio de Sá, incluindo-se o arquipélago de Paquetá (SANTOS, 1957, p. 48-49), totalizando cinco freguesias (Tabela 1).

**Tabela 1. Freguesias formadoras do Município de Magé (1789)**

Freguesia	Ano de Criação	Distrito	Antigo Território
Nossa Senhora da Piedade de Magé	1696	Magé	Rio de Janeiro
Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim	1698	Inhomirim	Rio de Janeiro
São Nicolau de Suruí	1755	Suruí	Rio de Janeiro
Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba	1755	Guia de Pacobaíba	Rio de Janeiro
Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim	1755	Guapimirim	Santo Antônio de Sá

Fonte: ABREU, Antônio Izaías da Costa. **Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória.** Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 197-199.

A Freguesia de Inhomirim, cortada pela variante do Caminho Novo, aberta pelo Sargento-mor Bernardo Soares de Proença, contava com o Porto da Estrela, por onde escoavam o ouro e os diamantes trazidos pelos tropeiros mineiros. Por sua posição estratégica, foi escolhida para ser a sede do Distrito Miliciano, que compreendia ainda os territórios das

freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Magé, de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e de São Nicolau de Suruí (ARAÚJO, 1945, p. 229-230).

As principais informações sobre fogos, engenhos, produção agrícola, escravaria, portos e embarcações das freguesias que, em 1789, formaram o Município de Magé, foram reunidas pelo Marquês do Lavradio. A produção agrícola estava voltada para o cultivo de cana-de-açúcar e de milho, arroz e feijão, o que nos leva a considerar que a economia local se baseava na produção agro-exportadora açucareira e, secundariamente, na produção de gêneros alimentícios básicos, com destaque para a farinha de mandioca produzida em Suruí (VALLE, 1938, p. 5), a fim de abastecer a Cidade do Rio de Janeiro. A Freguesia de Magé, além de ser a mais populosa, concentrando o maior número de escravizados empregados na produção de açúcar e de cachaça, possuía também os portos mais movimentados (Tabela 2).

**Tabela 2. Perfil das freguesias formadoras do Município de Magé (1779)**

Freguesia	Fogos	Engenhos de cana-de-açúcar	Escravos nos principais engenhos	Principais produtos	Portos	Barcos
Magé	468	2	117	Farinha, arroz, milho e feijão	4	68
Inhomirim	309	3	72	Farinha, milho, arroz e feijão	1	17
Guia de Pacobaíba	216	0	0	Farinha, arroz e banana	5	12
Suruí	208	1	25	Farinha, arroz, feijão, milho e banana	1	6
Guapimirim	164	4	107	Farinha, arroz, feijão e milho	7	10

FONTE: LAVRADIO, Luís de Almeida Portugal, 2º Marquês de. Relatório do Marquês de Lavradio. vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luís de Vasconcelos e Sousa: segunda parte. R. IHGB, t. LXXVI, parte I, p. 289-291 e 311-315, Rio de Janeiro, 1913.

Cada freguesia contava com a sua Igreja Matriz e algumas capelas filiais e oratórios privados. O que nos chama a atenção é o fato da Freguesia de Inhomirim possuir o maior número de capelas e de oratórios (Tabela 3), o que pode ser explicado pelas propriedades rurais localizadas serra acima estarem a grandes distâncias da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, o que levou os donos das fazendas Rio da Cidade, Secretário, Fagundes e Corrêas (todas pertencentes, hoje, ao território de Petrópolis) a construírem espaços de culto doméstico.

**Tabela 3. Igrejas, Capelas e Oratórios no Município de Magé (1794)**

Distrito	Igreja	Capelas	Oratórios
Magé	1	7	2
Guia de Pacobaiba	1	3	2
Guapimirim	1	3	4
Inhomirim	1	8	6
Suruí	1	1	1

**Fonte:** ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro:** inventário de Arte Sacra Fluminense. Segundo volume. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

Esses fazendeiros estavam envolvidos no processo de interiorização da colonização do território mageense, no século XVIII, iniciado pelo Sargento-mor Bernardo Soares de Proença, senhor de engenho em Suruí, construtor da variante do Caminho Novo e responsável pela primeira ocupação do território que viria a ser Petrópolis (LAMEGO, 1963, p. 184-199).

As capelas coloniais serviram de elemento de fixação dos colonos no interior de cada freguesia, sendo as devoções marianas as mais comuns (Tabela 4). Algumas dessas construções já estavam em decadência ou restavam apenas ruínas quando da visita pastoral de Monsenhor Pizarro, no final do século XVIII, não sendo encontradas, no território da Vila de Magé, capelas dedicadas a Santo Antônio.

**Tabela 4. Devoções principais nas Capelas de Magé (1794)**

Freguesia	Capelas
Inhomirim	Nossa Senhora da Estrela; Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora do Rosário; São Tiago; Nossa Senhora do Amor Divino; Nossa Senhora da Lapa; Santa Ana; Senhor de Matozinhos
Magé	Santa Ana (duas); Nossa Senhora de Nazareth; Santo Aleixo; São Roque; Senhor Bom Jesus do Monte
Guia de Pacobaiba	Nossa Senhora dos Remédios; São Francisco; São Lourenço
Guapimirim	Santa Ana; Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Cabeça
Suruí	Nossa Senhora da Conceição

**Fonte:** ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro:** inventário de Arte Sacra Fluminense. Segundo volume. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

A partir dos relatórios das visitas pastorais de Monsenhor Pizarro, constatamos que, no final do século XVIII, não havia imagens de Santo Antônio nos altares das igrejas de Nossa Senhora da Piedade de Magé, de São Nicolau de Suruí, de Nossa Senhora da Guia de Pacobaiba e de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, onde predominavam devoções associadas as irmandades de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Conceição, de São Benedito e

de São Miguel (Tabela 5). Já na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, o terceiro altar lateral do lado da Epístola era dedicado a Santo Antônio, sem que se tenha notícia da existência de uma irmandade que lhe conservasse o culto (ARAÚJO, 2009, p. 33).

**Tabela 5. Irmandades e Imagens nos altares das Igrejas de Magé (1794)**

Freguesia	Irmandades	Número de altares	Esculturas religiosas nos altares
Inhomirim	4	7	Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e São Vicente; Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora das Dores; São Miguel; São Francisco de Paula e Santa Luzia; Jesus, Maria e José; Espírito Santo; Santo Antônio
Magé	6	5	Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora do Rosário; São Benedito; São Miguel; Nossa Senhora da Conceição, Senhor dos Passos
Guapimirim	5	5	Nossa Senhora da Ajuda; São Miguel; São Benedito; Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora do Parto
Guia de Pacobaíba	5	4	Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba; Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora da Conceição; São Miguel
Suruí	4	3	São Nicolau; Nossa Senhora do Rosário; São Miguel

**Fonte:** ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense. Segundo volume.** Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

As associações religiosas leigas foram espaços de crença e de socialização que refletiam o mundo dos brancos, dos libertos e dos escravizados. Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias reproduziam a composição hierarquizada da sociedade colonial, estruturada em categorias raciais e sociais, possuindo finalidades religiosas e caritativas. Eram proprietárias das igrejas ou capelas que construíam e dos cemitérios onde sepultavam seus irmãos falecidos, além das imagens, utensílios e mobiliários dos respectivos templos e de escravizados, quando os possuíam. As mais comuns eram dedicadas ao Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora. Os brancos associavam-se, entre outras, na Irmandade do Santíssimo Sacramento, responsável pela construção da igreja e a conservação do altar-mor, onde se encontrava a imagem do padroeiro e o sacrário. Aos pardos e negros restavam os altares laterais, dedicados ao culto a Nossa Senhora do Rosário, a Nossa Senhora da Conceição e a São Benedito (SALLES, 2007, p. 69-85; SCARANO, 1978, p. 24-38).

Monsenhor Pizarro registra que, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, havia uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, principiada em 1737, pela qual “trabalham seus irmãos, pela maior parte sujeitos ao cativeiro”, e uma Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos, cujo compromisso foi aprovado em 1738 (ARAÚJO, 2009, p. 33-34).

Essa separação entre associações religiosas leigas para brancos, pardos e escravizados não foi uma exclusividade da sociedade colonial, estando presente também no Império do Brasil:

Os brancos podiam pertencer a todas as irmandades sem a menor exceção, e tinham algumas que exclusivamente lhes pertenciam, como a do Santíssimo, a dos Passos e a do Carmo, por exemplo; por outro lado, os pardos parece que não tinham licença senão de serem irmãos das Mercês e da Boa-morte; caso não quisessem ir ser também irmãos do Rosário e de S. Benedito, que com Santa Ifigênia e São Elesbão, parece que eram os únicos santos que os pobres pretos tinham o direito de adorarem ou pelo menos tomarem por patronos. Os pardos, porém, quase nunca se utilizavam deste último privilégio; porque, se os brancos não se dignavam de descer até eles, eles muito menos ainda se prestavam a descer até os pretos (REZENDE, 1988, p. 162-163).

Se, na Vila de Magé, no final do século XVIII, não havia uma Irmandade de Santo Antônio, encontramos, na Cidade do Rio de Janeiro, apenas uma dedicada ao santo: a Irmandade de Santo Antônio da Mouraria dos Homens Pretos, fundada, em 1716, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, por escravizados do Convento do Carmo. Já a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres foi criada em 1808, por ocasião da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, sendo o seu compromisso aprovado apenas em 1817 (CAVALCANTI, 2004, p. 425-426; MAURÍCIO, 1978, p. 227).

Seria possível atribuir a existência desse único altar dedicado a Santo Antônio a uma influência da circulação cultural entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, através dos tropeiros que passavam em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, com destino ao Porto da Estrela? Acreditamos que sim. Depois das devoções a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora da Conceição, também difundidas pelos franciscanos, o culto a Santo Antônio foi o responsável pela construção da maioria das capelas em Minas Gerais, na passagem dos séculos XVIII/XIX, o que pode ser explicado pelos poderes místicos que o povo atribuía ao santo, enriquecendo seu culto popular, como defensor de causas justas, como intercessor junto ao Menino Jesus, como protetor do amor e do casamento, bem como por ajudar a encontrar objetos perdidos (ALVES, 2017, p. 72-73).

A escassez do clero, a malária, a decadência do Porto da Estrela e a construção da linha férrea ligando o Porto de Mauá a Fazenda Fragoso foram alguns dos motivos que levaram a transferência da sede de Inhomirim para a região de Raiz da Serra, no final do século XIX,

resultando no arruinamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e da Capela de Nossa Senhora da Estrela. Em 1933, Frei Cândido Spannagel, OFM, então vigário da Paróquia de Inhomirim, visitou as ruínas da velha matriz, onde encontrou a imagem de Santo Antônio (de terracota) e o nicho entalhado de seu retábulo (KROKER, 1946, p. 21-23).

Pode-se concluir que a devoção a Santo Antônio se desenvolveu, principalmente, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, ao longo dos séculos XVIII/XIX, graças à religiosidade popular dos moradores e dos tropeiros, tendo a imagem de terracota e o retábulo de madeira chegado ao início do século XX.

Frei Aniceto Kroker, OFM, não mencionou em sua memória histórica sobre a paróquia, mas se pode crer que a imagem de Santo Antônio tenha sido levada pelos franciscanos para Raiz da Serra ou mesmo para o convento em Petrópolis. É possível também que, assim como os outros bens móveis e integrados, a imagem e o nicho entalhado tenham se perdido, como ocorreu com a mesa do altar-mor e a pia batismal da velha matriz, furtados no início do século XXI (LADRÕES..., 2006, p. 6; IGREJA..., 2006, p. 8).

O fato da imagem antoniana encontrada por Frei Cândido ser de terracota não é propriamente uma novidade na região, já que são de barro cozido as pequenas imagens de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe, de Nossa Senhora da Piedade de Anhu-mirim, de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, de Santo Aleixo e de São Francisco do Croará, datadas dos séculos XVII/XVIII, e que estiveram em exposição na Casa França-Brasil (MONTEIRO; LAZARONI, 2001).

A presença de esculturas religiosas representando Santo Antônio correspondeu a apenas 9% das expostas na Casa França-Brasil. Destas, apenas duas imagens, datadas dos séculos XVIII/XIX e pertencentes à Paróquia de São Nicolau de Suruí, retrataram, na exposição, o acervo da arte sacra antoniana de Magé.

Como se sabe, a Igreja Matriz de São Nicolau Suruí foi construída por volta de 1710, pela família do Sargento-mor Bernardo Soares de Proença, e se tornou sede paroquial, em 1755, tendo por capela filial apenas a de Nossa Senhora da Conceição, erguida por Antônio Nunes da Costa, em 1718, e reconstruída em 1784 (ARAÚJO, 1945, p. 65-71). Suruí era a quarta freguesia mais populosa, com apenas um porto e uma economia voltada para a produção agrícola. Ao tempo da passagem de Monsenhor Pizarro, as irmandades já estavam em decadência e as obras na Capela de Nossa Senhora da Conceição prometiam transformá-la em “uma das mais perfeitas do recôncavo” (ARAÚJO, 2009, p. 84-89). A Igreja Matriz de São Nicolau e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí foram também tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro nos anos 1980 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 32-33).

## REPRESENTAÇÕES ANTONIANAS

Figura 1 - Santo Antônio, Cônego Regrante. Acervo do Museu de Santa Maria de Lamas, p.47-49.



Fonte: AMORIM, José Carlos de Castro. Crônicas de um acervo. 2015.

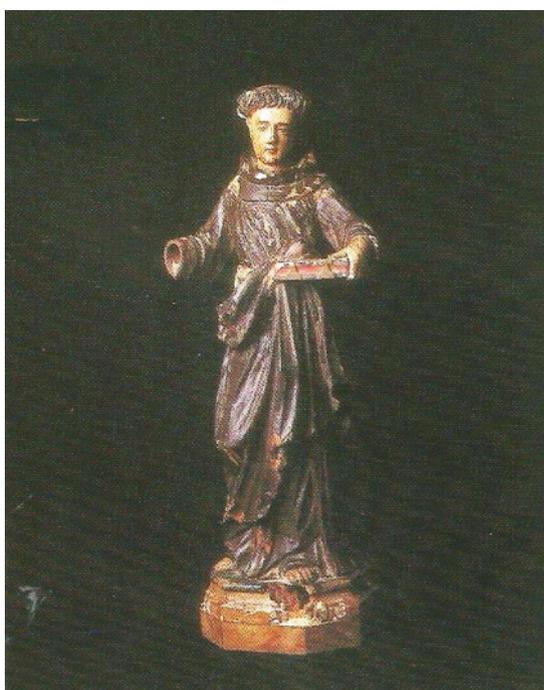
Iconograficamente, Santo Antônio é representado com o burel negro, com grande capuz caído para as costas, e o cordão da ordem franciscana. Em Portugal, o santo também é representado fora do contexto franciscano, com o hábito de Cônego Regrante agostiniano, a exemplo da imagem do século XVII (figura 1), do acervo do Museu da Santa Maria de Lamas. Nas imagens esculpidas durante o Barroco, o hábito era repuxado para um dos lados, o que lhe conferia movimento. Apresenta tonsura e pode carregar diferentes atributos: Lírio (Pureza), Cruz (Fé), Peixe (Cristão), Livro (Saber) e Fogo (Espírito Santo). É comum que, sobre o braço esquerdo, esteja o Menino Jesus sentado sobre um livro (CARVALHO, 2011, p. 173, CASTRO, 2012, p. 91).

O livro e o Menino Jesus são os atributos mais recorrentes. O livro geralmente aparece na mão esquerda, ora aberto ora fechado, e é uma representação da doutrina cristã. O Menino Jesus representaria o Evangelho vivo: Cristo em pessoa nos braços do santo. Aliás, o Menino Jesus é o atributo preferido da iconografia antoniana, aparecendo desde o século XV. A aparição do Menino Jesus para Santo Antônio, que o toma nos braços, é um tema recorrente na tradição iconográfica até os dias de hoje, alinhado à espiritualidade franciscana que valoriza a devoção ao Menino Jesus através dos presépios (AZEVEDO, 2010).

## A IMAGINÁRIA ANTONIANA DA MAGÉ SETENTISTA.

A imagem de Santo Antônio (Fig. 2), da Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, de autoria desconhecida, é de madeira entalhada e policromada, datada dos séculos XVIII/XIX, medindo 57x23x18cm, destinada ao uso retabular. A escultura perdeu parte de seus atributos, não possuindo uma das mãos, assim como a imagem do Menino Jesus. Entre suas particularidades, apresenta pouca tonsura do cabelo e panejamento irregular, o que lhe confere o movimento típico do Barroco.

Figura - 2. Santo Antônio de Pádua. Acervo da Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí.



Fonte: MONTEIRO, Marcus; LAZARONI, Dalva. *Devoção e Esquecimento: presença do Barroco na Baixada Fluminense*. 2001.

A outra imagem analisada (figura. 3), pertencente ao acervo da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí, é de autoria desconhecida. Esculpida em madeira entalhada e policromada, medindo 64,5 x 28 x 21 cm, é datada da passagem do século XVIII para o século XIX. Por suas dimensões também seria destinada ao uso retabular. Conservar as duas mãos, mas a da direita perdeu o atributo que segurava, enquanto que o Menino Jesus está sentado sobre um livro, na mão esquerda. Apresenta grande corte tonsurado do cabelo, comum nos frades franciscanos. O panejamento irregular lhe confere o movimento característico das esculturas religiosas barrocas. Cabe destacar que o Menino Jesus foi representado com um dos braços enlaçado ao redor do pescoço do santo, também com um olhar sereno, voltado para baixo, em direção do espectador.

Em 1794, Monsenhor Pizarro registra que havia na Igreja Matriz de Suruí apenas a imagem do padroeiro e alguns crucifixos, o que nos leva a crer que a imagem de Santo Antônio (figura 2) tenha sido incorporada ao acervo depois da visita pastoral. Por outro lado, sabemos que na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí havia três altares, incluindo o maior (ARAUJO, 2009, p. 90-97), o que nos leva a acreditar que foram dedicados, respectivamente, a Nossa Senhora da Conceição, a Santo Antônio (figura 3) e a São Francisco de Assis, cujas esculturas religiosas chegaram aos nossos dias (MONTEIRO; LAZARONI, 2001).

**Figura 3.** Santo Antônio de Pádua. Acervo da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí



Fonte: MONTEIRO, Marcus; LAZARONI, Dalva. *Devoção e Esquecimento: presença do Barroco na Baixada Fluminense*.2001.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O culto a Santo Antônio exemplifica bem a religiosidade colonial, que tinha um lado afetivo, uma intimidade entre o devoto e o santo, pois a ele se recorria, sem cerimônias, para arrumar marido ou para ajudar na busca por objetos perdidos. Chegava-se até a impor-lhe castigos, colocando a imagem de cabeça para baixo ou detrás da porta a fim de apressar o atendimento. Houve quem se socorreu de Santo Antônio no jogo de cartas ou para encontrar escravizados fugidos. Evocações a Santo Antônio também foram recorrentes nos cultos perseguidos pela Inquisição, a exemplo das santidades indígenas, meio católicas, meio tupi; e

dos calundus e acontudá, cultos afro-brasileiros coloniais (FREYRE, 2006, p. 303; SOUZA, 2005, p. 120; VAINFAS, 2003, p. 31-32).

O desaparecimento do Menino Jesus da imagem de Santo Antônio (Fig. 2), da Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, pode estar relacionado a esse catolicismo popular colonial, como punição ao santo, por alguma graça não alcançada, ou para obrigá-lo, mais rapidamente, a atender ao devoto.

Como vimos, não havia igrejas e capelas dedicadas ao culto a Santo Antônio, na Vila de Magé colonial, apesar da proximidade com os conventos franciscanos da Cidade do Rio de Janeiro e da Vila de Santo Antônio de Sá. Isso não quer dizer que a devoção não se desenvolvesse no ambiente doméstico, de onde devem ter vindo as duas imagens que pertencem à Paróquia de São Nicolau de Suruí.

A devoção a Santo Antônio, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, creditamos mais a religiosidade popular, não só dos moradores da freguesia, mas também dos tropeiros mineiros que frequentavam a igreja, por ocasião das idas e vindas pela variante do Caminho Novo até o Porto da Estrela.

A primeira capela dedicada a Santo Antônio, no Município de Magé, só foi construída, no século XIX, pela firma Coelho & Cia, nas proximidades do cemitério da antiga Fazenda Paquequer, que pertenceu ao negociante inglês George March. Em 22 de abril de 1855, ocorreu a bênção da capela e a criação da Irmandade de Santo Antônio, sendo o negociante português Antônio Fernandes Coelho eleito primeiro provedor. Ainda naquele ano, foi criada a Freguesia de Santo Antônio do Paquequer. A povoação de Santo Antônio do Paquequer foi emancipada, em 1891, com o nome Teresópolis (VIEIRA, 1938, p. 33-35; FERREZ, p. 91-92).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Izaías da Costa. **Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória**. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: 1994.

ALVES, Célio Macedo. Um estudo iconográfico. In: COELHO Beatriz (org.). **Devoção e Arte: imaginária religiosa em Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP, 2017.

AMORIM, José Carlos de Castro. **Crônicas de um acervo: Santo Antônio de Lisboa, Cónego Regrante de Santa Cruz**. Santa Maria de Lamas, Portugal: Museu de Santa Maria de Lamas, 2015, p. 7.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense**. Segundo volume. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

- AZEVEDO, Dom Carlos Alberto Moreira. Variantes iconográficas nas representações antonianas. **Cultura**, v. 27, p. 41-55, Porto, 2010.
- CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. Imaginária. In: CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de; RIBEIRO, Rosa Marta Costa; SILVA, César Augusto Tovar. **Memória da Arte Franciscana na cidade do Rio de Janeiro**: Convento de Santo Antônio e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Rio de Janeiro: Artway; Artepádiva, 2011.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Global, 2012.
- CASTRO, Márcia de Moura. **Santos de Casa**: imaginária doméstica em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Brasília: IPHAN, 2012.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Guia dos Bens Tombados pelo Estado do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012.
- FERREZ, Gilberto. **Colonização de Teresópolis à sombra do Dedo de Deus, 1700-1900**: da Fazenda March a Teresópolis. Rio de Janeiro: IPHAN, 1970.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global: 2006.
- IGREJA centenária é saqueada em Magé. **O Fluminense**, Niterói (RJ), p. 8, 17 de outubro de 2006.
- KROKER, Frei Aniceto. **Inhomirim, 250 anos de Paróquia**. Petrópolis: Vozes, 1946.
- LADRÕES levam altar e pia batismal de igreja do século XVIII na Baixada. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro (RJ), p. 6, 17 de outubro de 2006.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- LAVRADIO, Luis de Almeida Portugal, 2.º Marquês de. Relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luis de Vasconcelos e Sousa: segunda parte. **R. IHGB**, t. LXXXVI, parte I, Rio de Janeiro, 1913.
- MAURÍCIO, Augusto. **Igrejas Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1978.
- MONTEIRO, Marcus; LAZARONI, Dalva. **Devoção e Esquecimento**: presença do Barroco na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Fundação Casa França-Brasil, 2001.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- RÖWER, Frei Basílio. **O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro**: sua história, memórias, tradições. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- RÖWER, Frei Basílio. **Páginas da história franciscana no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1957.
- SAINT-LAURENT, Padre Thomas de. **Santo António de Lisboa**. Porto: Livraria Civilização, 1997.
- SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SANTIDRIÁN, Pedro Rodriguez; ASTRUGA, Maria del Carmem. **Dicionário dos Santos**. Aparecida: Santuário, 2004.
- SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé, a Terra do Dedo de Deus**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 5.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p.28-37, mar./maio 2003.

VALLE, J. H. **Magé na História**. Rio de Janeiro: Papelaria Cruzeiro, 1938.

VIEIRA, Armando. **Therezópolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.